Poder legislativo e políticas públicas

Lucas Carduz Scattone N USP:9423759

Espécies Normativas atribuídas ao Poder Legislativo segundo a CF de 1988

O poder legislativo se caracteriza como dualístico abrangendo dentro do congresso nacional a câmara dos deputados e o senado

Os deputados federais representam o povo, sendo estes eleitos pelo mesmo, enquanto o senado representa os estados junto a vontade central.

O poder legislativo é responsável pelas seguintes espécies normativas: emendas à constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.

Com exceção das emendas constitucionaliza que produzem normas de carácter constitucional é importante observar a inexistência de uma hierarquia entre as espécies normativas, atuando estas cada uma em devidas competências.

As emendas constitucionais caracterizam-se como sendo originárias do poder constituinte derivado reformador, alterando o poder constituinte originário, pelo acréscimo, modificação ou suspensão de normas, sem alterar as cláusulas pétreas.

A constituição só pode ser emendada mediante proposta de no mínimo 1/3, dos membros da câmara dos deputados ou do senado federal, do presidente da república, mais da metade das assembleias legislativas das unidades da federação (maioria relativa de membros)

Para a aprovação da emenda constitucional é necessário que haja votação de quórum de 3/5 (maioria qualificada) em ambas as casas do congresso nacional, durante seguidos dois turnos. Se rejeitada não pode ser objeto de nova apresentação na mesma sessão legislativa.

Se o projeto de emenda constitucional for votado e aprovado, este é encaminhado diretamente para promulgação, não existindo a sanção ou veto presidencial, atuando assim o poder legislativo sua função típica de legislar sem passar pelo possível freio e contrapeso do poder executivo.

Ressalta-se as limitações circunstanciais e materiais que permeiam o aspecto de emenda na CF.

Dentre as limitações circunstâncias, a CF não poderá ser emendada durante a vigência de intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio. Nas materiais, tem-se como enfoque a proteção de cláusulas pétreas, considerando inválidas propostas de emenda que tendem a abolir a forma federativa de estado, o voto (direto, secreto, universal e periódico), a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais.

Na pirâmide de hierarquia de normas idealizada por Hans Kelsen, as emendas constitucionais se encontram no topo juntamente com os tratados internacionais, estando acima de leis complementares, ordinárias, delegadas; medida provisórias; decretos legislativos; resolução.

Entre as normas legislativas que são primeiramente de competência do poder executivo, que exerce função atípica ao legislar, seguindo como exceção ao princípio da indelegabilidade de atribuições, pode-se citar a lei delegada. Seguindo o processo legislativo, em sua primeira fase categorizada como "iniciativa solicitadora", a lei delegada é elaborada pela presidente da república (chefe do poder executivo), após prévia solicitação ao Congresso nacional, especificando o assunto no qual irá legislar. Para a solicitação ser aprovada no Congresso, deve ocorrer a prevalência na votação única a favor com o quórum de maioria simples (votos de presentes a reunião ou sessão), caso ocorra, segue a resolução na qual se especifica o conteúdo da delegação e os termos de seu exercício.

A medida provisória também elaborada primeiramente pelo chefe do poder executivo, com ato monocrático e unipessoal, prevista no artigo 62 da atual constituição federal de 1988, possui grande semelhança ao decreto lei extinto na mesma, detendo força de lei e produzindo efeitos jurídicos, sem necessitar da participação anterior do poder legislativo. Esta deve ser instaurada em caso de relevância e urgência (pressupostos constitucionais) pelo presidente da república, marcado por respectiva indelegabilidade. Uma vez prorrogada e publicada no diário oficial, esta norma legislativa tem prazo de validade por 60 dias, prorrogada pela mesma quantia se não tiver sido

encerrada a votação nas duas casas dos congresso nacional e perdendo eficácia desde a sua edição com rejeição tácita, se não for convertida em lei,não excluindo a possibilidade de rejeição expressa. Decreto legislativo previsto no artigo 59 inciso VI,caracterizasse pela sua espécie normativa primária,de hierarquia legal,que materializa as competências exclusivas do congresso nacional,regulamentando matérias do artigo 49 da CF e os efeitos decorrentes de medidas provisórias não convertidas em lei,sem manifestação do presidente da república,sancionando ou vetando o ato.

O processo legislativo do mesmo,abrange primeiramente a discussão e votação seguindo o sistema bicameral e havendo aprovação por maioria simples,ocorre a devida promulgação, realizada pelo presidente do senado federal,que determina á publicação.

As leis complementares e ordinárias não possuem hierarquia normativa existente, atuando em âmbitos de atuação e atribuições diversas. A lei complementar atua regulamentando matéria predeterminada em hipóteses prevista na constituição de 1988, através da iniciativa do poder constituinte originário ou reformador. O quórum de aprovação desta é de maioria absoluta,constituindo assim no voto majoritário do total de membros da casa(numero fixo).

A lei ordinária se difere no campo material da complementar englobando o aspecto residual,reformando o que não tiver sido regulamentado pelas outras espécies normativas(lei complementar,decreto legislativo,resoluções,matérias de competência privativa,refentes as duas câmaras do poder legislativo).O quórum de votação da mesma se iguala ao da ordinária,baseado em maioria absoluta,diferenciando na aprovação que categoriza-se nesta sendo de maioria simples. Por fim, as resoluções assim como os decretos legislativos, atuam regulamentando as matérias de competência privativa do congresso(além do SF,CD e CN),não dependendo de sansão do presidente,baseado numa votação de maioria simples para aprovação,tendo natureza de ato administrativo normativo.

As discussões,aprovações e promulgações podem ser unilaterais ou bicolaterais referentes as resoluções, destinando-se as respectivas casas nas quais se tratam. A promulgação e publicação pós aprovação é feita pelo presidente da casa,se for do congresso será pelo presidente do senado federal.

SARAIVA Vade Mecum Saraiva. 21ª Ed. 2016. ed. São Paulo: , jan/2016.

LENZA, PEDRO Direito Constitucional Esquematizado. 19ª Ed. 2015. ed. São Paulo: Saraiva,2015.